

# Representação política não-eleitoral em uma perspectiva processual: discursividade e estratégia no debate sobre a educação de surdos

*[Non-electoral political representation in a procedural perspective: discursiveness and strategy in the debate on the education of the deaf]*

R E V I S T A  
com política


revista compolítica

2016, vol. 6(2)

compolitica.org/revista

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2016.6.2.278

 Open Access Journal

**Regiane Lucas de Oliveira Garcêz**

Universidade Federal de Minas Gerais  
[Federal University of Minas Gerais]

**Rousiley Celi Moreira Maia**

Universidade Federal de Minas Gerais  
[Federal University of Minas Gerais]

## Resumo

*O artigo tem como objetivo discutir a noção de representação política não eleitoral a partir de uma perspectiva comunicacional, com ênfase na processualidade e na discursividade do ato de representar (Saward, 2010). Analisamos o debate sobre qual o melhor modelo de escola para as pessoas surdas buscando responder o que, quem e o quê se representa. A partir do mapeamento dos representative claims (demandas por representação) realizamos uma análise sistêmica dos proferimentos a) de um grupo fechado de lideranças surdas do Facebook, b) de uma audiência pública do judiciário e c) do GT de Educação da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Conclui-se que a definição do grupo de representados e a defesa de determinado modelo de escola são fluidas e móveis, a depender das audiências, levando em conta a dimensão estratégica quanto a discursiva.*

Palavras-chave: representação discursiva; discursividade; educação de surdos.

## Abstract

*This article aims at investigating the notion of non-electoral representation, from a communicative perspective, focusing on the discursive and procedural aspects of the representative claims (Saward, 2010). We analyse the debate about the best education model for deaf people, inquiring into what, who and how is represented. Adopting a systemic approach, we analysed the representative claims addressed in: a) a closed group including leaders of deaf people organizations of social movement in Facebook, b) a Judiciary public hearing and c) a Working Group on Education within the National Conference of Disabled People's rights. Conclusion discusses that the constituencies and the positions within the debate are mobile, in face of the audiences; and representatives frequently advance strategic and discursive dimensions.*

Keywords: discursive representation; discursiveness; deaf education.

## *Representação política não-eleitoral em uma perspectiva processual: discursividade e estratégia no debate sobre a educação de surdos*

Regiane Lucas de Oliveira GARCÊZ  
Rousiley Celi Moreira MAIA

Os estudos sobre representação política vêm cada vez mais incorporando a perspectiva discursiva à compreensão de fenômenos de representação eleitoral e não eleitoral (Saward, 2009; 2010; Urbinati, 2006; Lavallo *et. al*, 2006; Urbinati e Warren, 2008; Rehfeld, 2009; Dryzek E Niemayer, 2008; Mansbridge, 2003). Um conjunto de desdobramentos teóricos nessa direção tem chamado a atenção dos estudiosos em democracia, com contribuições importantes aos estudos sobre esfera pública, sociedade civil, associativismo, dentre outros (Weldon, 2011; Maia, 2012; Avritzer, 2008; Garcêz, 2013). Novas formas de representação não associadas ao território, ao voto, à temporalidade dos mandatos ou às instituições formais emergem na cena pública e colocam o desafio de compreender esses fenômenos dissociados de uma lógica da legitimidade do voto.

Nesse sentido, a proposta deste artigo faz coro aos estudos que propõe um alargamento da noção de representação política que vai além das formas convencionais de pesquisa na área. Tem por objetivo investigar *o que, quem e como se representa* demandas relacionadas à educação de surdos, em arenas discursivas diferentes, mas complementares. Para tanto, examinamos a polêmica acerca da proposta de fechamento das escolas especiais e/ou específicas para surdos, em 2011, desencadeada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008). Tomamos como unidade de análise os *representative claims* (Saward, 2009, 2010), em três arenas – um grupo fechado de lideranças surdas organizado no *Facebook*, b) uma audiência pública do judiciário e c) o GT de Educação da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Nossa contribuição está, em primeiro lugar, na proposição de um olhar comunicacional, que volta a atenção para a discursividade da representação como processo móvel, fluido,

dinâmico e, muitas vezes, ambíguo. A fim de compreender essa processualidade, adotamos uma perspectiva sistêmica de análise (Maia, 2012; Mansbridge *et. al*, 2012). A segunda contribuição está em ultrapassar, de tal forma, a ideia de representação como um fenômeno isolado a um determinado espaço, dado que esse é um dos principais motivos das crises de legitimidade dos eleitos e da descrença no sistema político. Optamos por considerar a representação no seu conjunto, a partir de vários fóruns pelos quais os discursos e as demandas circulam.

Uma terceira contribuição se encontra no fato de nos debruçarmos sobre processos de representação de pessoas historicamente excluídas da vida política. Em particular, no caso dos movimentos sociais das pessoas surdas e das pessoas com deficiência, as discussões sobre a representação são frequentes desde os primeiros anos de mobilização, na década de 1980 (Lanna Júnior e Martins, 2010). O motivo principal advém da ideia de incapacidade que cerca historicamente essas pessoas, o que a princípio as impossibilitaria de falar por si mesmas. Dessa questão inicial derivam várias outras ligadas à representação política, tais como a tutela (legal e simbólica) exercida pelos pais como forma de representação pessoal, legal e política; o esvaziamento dos processos emancipatórios por meio da crença na incapacidade; a exclusão social e política da esfera pública e, por muitos anos, do direito ao voto; a reivindicação por mais participação na formulação de políticas para pessoas surdas e com deficiência, a constituição das lideranças dos movimentos, etc.. Todos esses pontos perpassam a temática da representação política e vêm sendo discutidos há cerca de trinta anos, embora tenham sido explorados de forma tímida pela literatura recente sobre representação.

No caso específico das pessoas surdas que se comunicam por meio da língua de sinais, os sinalizantes, a questão da representação se revela importante também porque suas demandas atravessam várias formas de mediação na esfera pública. Elas precisam de intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) para se expressarem nos canais políticos formais. Entretanto, esses profissionais não atuam como representantes ou porta-vozes, mas apenas como mediadores/tradutores. Logo, a representação política das demandas dos surdos sinalizantes passa, muitas vezes, por um processo de dupla mediação: a dos intérpretes e a dos representantes. Isso traz também um duplo desafio de

pensar a legitimidade dos processos de representação, conferida discursivamente por meio de trocas comunicativas.

Neste trabalho, realizamos uma análise comparativa dos proferimentos nas arenas mencionadas, focalizando nas interseções, os padrões e as particularidades da constituição da representação em cada fórum. Examinamos: a) quem fala em nome de quem? b) a quem os surdos representam? e c) o que se representa (ou qual modelo de escola é defendido). Os resultados mostram as afinidades, complementariedade e tensões entre os “*representative claims*” de distintos atores ao longo do debate. A definição do grupo de representados, a auto-percepção dos afetados e os posicionamentos são fluidos e móveis, a depender das audiências. Acionam-se muitas vezes posicionamentos ambíguos, ora pautados pela estratégia ora pela imprevisibilidade discursiva.

Nosso trabalho está estruturado da seguinte forma. Primeiramente, discutiremos a noção de representação não eleitoral e/ou discursiva e as contribuições dessa perspectiva. Na sequência, apresentaremos nossas escolhas metodológicas pautadas tanto no mapeamento de *claims* quanto na perspectiva sistêmica. Por fim, apresentamos os dados e as análises em uma perspectiva processual.

### ***Por uma concepção alargada de representação política***

A teoria democrática clássica que trata da representação política<sup>1</sup> traz algumas definições que já não dão conta da complexidade da representação na sua forma contemporânea: a) a questão da territorialidade e a formação das *constituencies*, ou do grupo de representados; b) as inovações institucionais participativas e representativas na esfera política; c) a demanda por maior inclusividade das minorias e dos movimentos sociais, com a emergência de novos atores políticos representativos e d) o papel dos meios de comunicação. Esses são elementos ressignificadores da representação na contemporaneidade e que desafiam a teoria clássica. Diante desse cenário, alguns autores concluem que há uma crise da representação. Eles alegam que a representação tem se mostrado antidemocrática ou pouco legítima (Manin, 1989). Entendemos que, de fato, o

que há é uma crise na concepção clássica de representação, especialmente identificada nos pleitos recentes em todo o mundo. Uma noção alargada de representação política pode contribuir para a reflexão teórica e empírica sobre essas questões, considerando as transformações contemporâneas.

Primeiro, ainda que a circunscrição da representação à territorialidade tenha tido uma importância histórica para a igualdade política, ela não é suficiente para a democracia contemporânea (Urbinati e Warren, 2008, p. 389; Rehfeld, 2005). Esse critério não foi capaz de abarcar questões que ultrapassam o território, pois o que há de comum entre as pessoas representadas é apenas o local de residência. Ainda que todas as pessoas de determinada localidade estejam representadas por alguém, eleito conforme o critério da territorialidade, não necessariamente suas demandas e questões o estarão. Meio ambiente e migração, por exemplo, são questões extraterritoriais por natureza. Outras ainda conectam cidadãos do mundo inteiro por causas comuns, como gênero, identidade profissional, religião, etnia, entre outros.

Assim, alguns assuntos coletivos não comportam a definição de *constituency* ou de grupo representado que está posta pelo Estado, fazendo com que a representação baseada na territorialidade continue fraca (Urbinati e Warren, 2008, p. 390). Ainda que a representação eleitoral tenha centralidade, a representatividade “[...] está cada vez mais segmentada por assuntos e sujeitos a ampla contestação e deliberação por atores e entidades que da mesma forma fazem demandas de representação” (Urbinati e Warren, 2008, p. 391). Os julgamentos políticos que eram ligados à representação eleitoral são agora muito mais dispersos e a representação se apresenta de forma mais aberta, na qual existe muito mais uma competição de demandas (*claims*) do que propriamente de votos (Saward, 2009; 2010; Urbinati e Warren, 2008).

Indiretamente, temas e demandas são representados em função da existência de grupos de *advocacy* que se organizam extraterritorialmente, mas se utilizam muitas vezes do aparato dos pleitos organizados com base no critério da representatividade local (Mansbridge, 2003). Esse é o caso dos vários movimentos ou grupos sociais que se organizam para eleger representantes de suas causas em várias localidades, sejam eles do legislativo ou executivo. Além disso, outros espaços mais ou menos institucionalizados

surgiram para representar atores territoriais (Urbinati e Warren, 2008, p. 390) como é o caso da ONU (Organização das Nações Unidas), do Banco Mundial, da Aliança Internacional das Pessoas com Deficiência, etc.. Por fim, há numerosas organizações não governamentais, movimentos sociais e associações que criam redes buscando representar questões que ultrapassam definições locais (Saward, 2006).

Em segundo lugar, outra questão que desafia frontalmente o modelo eleitoral é o crescente surgimento de mecanismos e experiências democráticas que visam ampliar o exercício da representação política e da participação social nas várias esferas de governo, como é o caso das audiências públicas, dos conselhos e das conferências setoriais no Brasil<sup>2</sup>. Essas iniciativas buscam promover maior inclusão da pluralidade dos pontos de vista (Avritzer, 2008; Lavallo *et al*, 2006) e superar a “tirania da maioria”, dois dos problemas centrais da representação eleitoral. Em particular nas conferências e nos conselhos, legitimidade, autorização, controle público, *constituencies* e mecanismos de *accountability* já não podem mais ser explicados pela lógica eleitoral, norteadas pela periodicidade, territorialidade (representatividade por cidade ou estado) e igualdade matemática dos votos que norteia o princípio autorizativo.

No Brasil, os conselhos de direitos e as conferências nacionais setoriais são exemplares dessas inovações institucionais (Faria e Lins, 2013), apontando para uma maior inclusão dos cidadãos nas esferas institucionais de discussão, pluralização de demandas e ampliação das interações entre sociedade civil e Estado. Tais experiências podem ser consideradas parte da dinâmica representativa (Almeida, 2013), pois ao mesmo tempo em que a sociedade civil participa, ela representa um conjunto de outras pessoas, ideias e pontos de vista.

Em terceiro lugar, junto com essas inovações institucionais, observa-se que há uma demanda por maior inclusividade das minorias e dos movimentos sociais, com a emergência de novos atores políticos representativos. A democracia, os direitos humanos e a inclusividade na política são temas cada vez mais rotineiros. Além dos novos canais abertos pelo Estado, os movimentos sociais e coletivos das mais diversas naturezas vêm se organizando de modo a ganhar cada vez mais a cena pública, seja por meio de protestos ou de variadas e criativas estratégias de mobilização.

Nesse sentido, os meios de comunicação, na sua diversidade, apresentam-se como o quarto elemento ressignificador da representação. A possibilidade de visibilidade na esfera pública conduz à emergência de um sem número de demandas de representação, autorizadas ou não, sempre sujeitas ao teste da legitimidade. Os *media* funcionam assim como *locus* de visibilidade que interconecta arenas diversas onde os atores políticos estão exercendo o ato de representar. Se os *media* tradicionais sempre estiveram presentes em processos de representação e organização de coletivos, com a internet e as redes sociais digitais eles passam a ser potencialmente – mas não necessariamente – mais horizontalizados (Garcêz, 2013). Não é preciso ter estrutura organizacional, recursos e expertise para difundir mensagens para amplos públicos. A circulação dos *claims* pode encontrar nos *media* um espaço para alcançar ou não legitimidade e colocar a prova a representação. A ressalva é que, as redes sociais online, ainda que pareçam mais democráticas que os *media* tradicionais, obedecem princípios de propriedade privada, seleção e exposição de conteúdos segundo algoritmos, bem como de configuração de “bolhas” de discursos homogêneos que não necessariamente se abrem para diferentes posicionamentos.

### *A representação política como processo*

Para compreender os desafios colocados para a teoria clássica da representação, listados acima, diversos autores têm trabalhado com a noção de representação dos não eleitos. Esta se conforma por meio de sujeitos e/ou grupos que *falam* ou *agem em nome* de outras pessoas, valores ou perspectivas sem serem diretamente escolhidos pelo voto. Tal perspectiva tem sido chamada por alguns autores de representação discursiva (Dryzek e Niemeyer, 2008), representação por afinidade (Avritzer, 2008), representação virtual (Lavalle, *et al.*, 2006), representação não eleitoral (Urbinati, 2006), representação de perspectivas (Young, 2000) ou demandas de representação (*representative claim*) (Saward, 2009; 2010). O que há de comum nelas é o fato de a representação se dar fora dos momentos eleitorais; referir-se não apenas a pessoas, mas a perspectivas ou a valores; e dispensar procedimentos formais e institucionais de eleição e prestação de contas.

Optamos por adotar a concepção de Saward (2009; 2010), pela centralidade que o autor confere à discursividade da representação, distinta dos demais autores mencionados. E ainda, à radicalidade conferida ao processo de representar, que faz com que nos voltemos para o ato comunicativo e seus desdobramentos.

Endossamos a visão de autores que defendem que a representação política contemporânea requer uma abordagem ampliada e processual, com foco principalmente nos percursos que constituem a dinâmica representativa, ao invés de seus resultados (Saward, 2010; Almeida, 2014). Conforme define Saward, “a representação é um contínuo processo de fazer e receber, de aceitar e rejeitar demandas – entre e fora dos períodos eleitorais” (Saward, 2010, p. 36). Assim, o desafio não é compreender o que a representação é, mas, sim, investigar como ela acontece, quais são seus efeitos e suas relações com os representados, para além da institucionalidade. É preciso examinar sua dinâmica e não apenas descrever suas formas e tipos. Ao invés de fixo e estável, o campo da representação está “constantemente em expansão e contração” (Saward, 2010, p. 2). Nesse estudo, partimos da premissa que a representação é sempre um processo parcial, incompleto e aberto a revisões. Pretendemos fazer avançar a compreensão do modo pelo qual a representação se estabelece em um movimento dinâmico, difuso e criativo.

Para os propósitos deste artigo, a perspectiva de Saward (2010) é particularmente apropriada por dois motivos. Primeiro porque coloca a linguagem no centro dos processos de representação. Dá lugar à criatividade e à imprevisibilidade abertas pela linguagem, possibilitando a visibilidade de novas perspectivas em cena, apresentadas por meio de vários modos comunicativos. Desse modo, tal compreensão supera os modelos representativos baseados na territorialidade ao abordar a inclusividade de novos atores e o papel dos meios de comunicação nesse cenário<sup>3</sup>. Entendemos que esse modelo dá um passo adiante ao indagar como se dá a demanda por representação e como os contextos culturais e políticos interferem nesse processo. Apenas uma perspectiva discursiva, nuançada e fluida é capaz de apreender o ato de fazer demandas, recebê-las e julgá-las. Como pretendemos examinar, esse ato extrapola arenas, territórios, *constituencies* e instituições.



Em segundo lugar, as formulações de Saward (2010) são profícuas para examinar como as demandas por representação carregam consigo a capacidade de “operar pelas bordas”. Para os sujeitos em desvantagem, a representação política não eleitoral pode ser um importante aliado da democracia, pois ela funciona como intermediária entre sujeitos em desvantagem, a sociedade civil, a esfera pública e os âmbitos governamentais (Saward, 2010; Urbinati e Warren, 2008; Urbinati, 2006; Maia, 2012). Tem também a função de traduzir, tematizar e justificar demandas em uma linguagem comum ao sistema político, vocalizando demandas e preferências daqueles desprovidos das habilidades de expressão na esfera pública. Além de resolver, ao menos inicialmente, os problemas de escala, já que nem todos podem ou querem participar.

No contexto deste trabalho, daremos particular atenção à dimensão processual da representação não eleitoral, de modo a lançar luz sobre o modo pelo qual essa pode conduzir a uma elaboração permanente dos horizontes políticos possíveis. Apostamos no potencial da representação política não eleitoral de unificar e conectar formas plurais de associação dentro da sociedade civil. Ela seria capaz de levar os cidadãos a projetar seus horizontes para além das questões imediatas, refletindo sobre perspectivas futuras e conflitos no processo de elaboração das políticas nacionais e de suas possíveis soluções. Diante de tais considerações, nossa pesquisa se organiza em torno de três questões: a) quem fala em nome de quem? b) quem os surdos representam? e c) o que se representa? (qual modelo de escola é defendido).

### *A representação discursiva como perspectiva teórico-metodológica*

Tratar da representação em uma concepção ampliada e dinâmica impõe alguns desafios analíticos. Adotamos uma perspectiva sistêmica para apreender a representação como processo e não como resultado, considerando-a como uma dinâmica ininterrupta, com temporalidades e espaços não restritos ao modelo eleitoral. Entendemos que os discursos circulam por diversos espaços de maneira diferida e difusa e os debates acontecem em

distintos momentos em diversas arenas – casas parlamentares, associações cívicas, o sistema mediático, ambientes informais do dia a dia (Maia, 2012; Mansbridge *et al*, 2012). Desse modo, nossa metodologia busca identificar padrões, recorrências e desconexões desses discursos nas diversas arenas, sem, contudo, indicar os caminhos percorridos pelo discurso, justamente porque a característica diferida e difusa dessa dinâmica não o permitem.

Essas trocas comunicativas envolvem diferentes modos expressivos para além da argumentação – como a retórica, o humor e as histórias pessoais, por exemplo. Alguns autores têm partido das mesmas premissas para pensar a representação política de modo sistêmico e circular (Maia, 2012; Almeida, 2014; Mansbridge, 2003; Dryzek & Niemayer, 2006; Saward, 2010). Nesse esteio, este trabalho pretende examinar como a discursividade se conecta a três arenas distintas, com formas peculiares de comunicação, diferentes *designs* e constrangimentos próprios e, ainda, com distintas funções dentro de um sistema deliberativo.

Avaliamos a dinâmica da representação política a partir de três perspectivas (Maia, 2012). Primeiro, levamos em conta como se conforma a representação dentro de uma coletividade ou grupo representado. Buscamos aferir essa dinâmica no grupo fechado do *Facebook*, no qual a representação se conforma na figura de líderes nacionais e estaduais, que organizam ações articuladas em todo o país. Em segundo lugar, observamos instâncias que permitem compreender como a representação é exercida publicamente. Investigamos uma audiência pública no judiciário e uma conferência de direitos mista, com participação paritária da sociedade civil e do governo, ambientes nos quais os representantes falam para uma audiência plural e disputam sentidos, de forma bastante conflituosa. Em terceiro lugar, adotamos uma perspectiva sistêmica a fim de captar padrões e particularidades das diferentes atuações dos representantes – sejam eles pessoas ou grupos – em arenas distintas.

Abaixo caracterizamos as três arenas envolvidas nesse estudo. O recorte temporal está relacionado ao período de maior tensão sobre o assunto: o anúncio público, em março de 2011, sobre a possibilidade de fechamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos, escola centenária localizada no Rio de Janeiro. Tal fato provocou grande impacto na cena

pública e momentos de intensa mobilização do movimento surdo que protagonizou participação tanto na Audiência quanto na Conferência de direitos.

*Audiência:* O evento foi realizado no dia 01 de dezembro de 2011, na sede da Procuradoria-Geral da República, em Brasília, com o tema “Educação Inclusiva: Plano Nacional de Educação e Escolas Especiais”. A audiência foi promovida pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, órgão integrado ao Ministério Público Federal (PFDC/MPF) e contou com cerca de 100 pessoas, entre promotores e procuradores de várias partes do país e ativistas do movimento surdo e do movimento inclusivista. Teve como objetivo a obtenção de conhecimentos multidisciplinares, dados e subsídios sobre a educação das pessoas com deficiência, para aprimorar a atuação do Ministério Público Federal. Foi desencadeada por uma carta-denúncia do movimento surdo sobre o desrespeito linguístico promovido pelas políticas de inclusão do governo.

*Conferência:* A Conferência foi realizada entre os dias 3 e 6 de dezembro de 2012 em Brasília, com o objetivo de produzir propostas que pudessem delinear as políticas públicas para pessoas com deficiência nos vários níveis, municipal, estadual e nacional<sup>1</sup>. O evento foi organizado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE)<sup>2</sup>. Participaram cerca de duas mil pessoas, entre as quais 886 eram delegados, 49 deles surdos. O *corpus* consistiu nos proferimentos expressos na abertura, GT de Educação, plenária final e encerramento em temas que tratavam exclusivamente da educação de surdos.

*Facebook:* O grupo foi criado em abril de 2011 com o objetivo de organizar a manifestação que ocorreu em Brasília em maio daquele ano. É composto pelas lideranças

---

<sup>1</sup> As propostas aprovadas e as moções foram incluídas em um documento que foi encaminhado para os vários ministérios, na perspectiva de estabelecerem políticas transversais relacionadas à pessoa com deficiência.

<sup>2</sup> Órgão da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

do Movimento Surdo em Favor da Educação e Cultura Surda e conta, atualmente, com 184 membros<sup>4</sup>. Depois da manifestação, continuou funcionando como um fórum de articulação em várias ações de mobilização. As análises foram restritas ao ano de 2011, a vídeos exclusivamente em Libras.

### **Unidade de análise**

A nossa unidade de análise são os *representative claims* (Saward, 2010), conceituadas como demandas representativas que partem de vários atores, de maneira performática, dinâmica e ininterrupta. A representação é compreendida aqui como uma *pretensão* de representar, ou seja, uma pressuposição de representatividade. Segundo o autor, *claims* são "uma demanda de representar, ou uma demanda de quem sabe que representa o interesse de alguém ou de alguma coisa" (Saward, 2010, p. 42). As demandas de representação podem envolver elementos simbólicos e estéticos, como bandeiras, ações políticas, manifestações, dentre outros. Neste trabalho, entretanto, delimitamos nossa unidade de análise como proferimentos linguísticos – oral (no caso da língua portuguesa) e visual (no caso da língua de sinais). Ambos são considerados expressões verbais, apenas com a variação da língua utilizada.

O trabalho de Ruud Koopmans (2002) nos auxiliou particularmente na delimitação da natureza da demanda de representação que deve ser a) o resultado de ações estratégicas propositivas e b) política por natureza (p. 5). Essa é uma delimitação importante, visto que, com muita facilidade, podemos julgar um proferimento como demanda de representar, sem que ele de fato o seja. Essa foi, por exemplo, uma das dificuldades nas delimitações dos proferimentos. Muitas vezes, a pretensão de representar era explícita, seja pelo cargo ou pela explicitação verbal, a partir de expressões como: “em nome de”, “eles querem”, “eles almejam”, “eles precisam” ou “nós queremos”, “o que é melhor para nós”. Em outras vezes, entretanto, essa pretensão era implícita. Identificar a natureza política e a característica estratégica da representação nos auxiliou nessa delimitação.

Embora a pesquisa exploratória tenha nos apresentado um material bastante extenso nas três arenas<sup>5</sup>, o volume final de proferimentos foi de 128 proferimentos sendo 36 na

Audiência, 62 na Conferência e 30 no *Facebook*. Na Audiência Pública e em determinados momentos da conferência, como na abertura, os painéis e plenária final, os proferimentos eram longos, com duração de 20 ou 30 minutos. No *Facebook*, nas perguntas e repostas da Audiência e no debate das propostas da Conferência, os proferimentos eram mais curtos, com duração de 1 a 6 minutos.

### **Livro de códigos e categorias**

O livro de códigos (com 21 categorias) foi estruturado a partir da adaptação dos mapas analíticos de Koopman (2002) e Saward (2009; 2010), focalizando os elementos que permitem compreender como se constitui a representação política numa perspectiva discursiva, tais como a identificação do autor do proferimento e do contexto de representação, as fontes de autoridade acionadas, entre outros. Após a identificação dos *claims* nas arenas, realizamos a codificação no *software NVivo* com finalidade exclusiva de comparação entre arenas e entre códigos, não tendo nenhuma intenção de análise quantitativa.

### **Resultados**

A partir da codificação dos proferimentos nas três arenas, procuramos responder às questões a) quem fala em nome de quem, b) quem os surdos representam e c) o que se representa. A partir desses achados, estabelecemos padrões, recorrências, desconexões e particularidades, tendo em vista uma perspectiva sistêmica, sem indicar, contudo, as direções que os discursos percorriam, impossível pela característica difusa deles.

#### ***a) Quem fala em nome de quem: a conformação da categoria de representados***

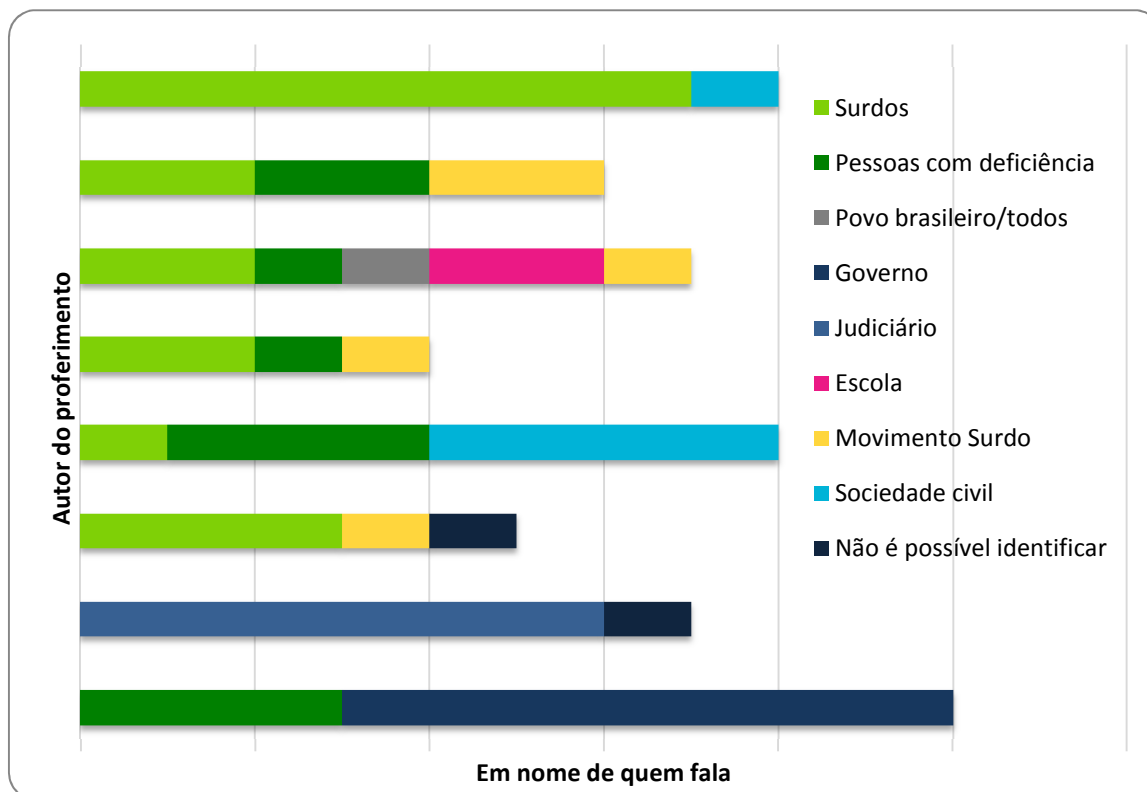
Nosso primeiro objetivo foi identificar quem falava em nome de quem nas três arenas. O “quem” referente ao autor do proferimento foi desmembrado nos códigos nome, cargo ou

função e instância de representação formal. O principal achado foi que em todas as arenas, os representantes das mesmas instâncias diferiam na identificação do grupo representado. Ou ainda, em um mesmo proferimento era bastante comum encontrar mais de uma categoria de representado.

Na *Audiência*, em geral, os autores dos proferimentos eram pessoas convidadas pela Procuradoria, o que tornou a categoria dos representados facilmente identificada, uma vez que expressões de representação eram frequentemente explícitas, tais como *eu falo em nome de, eu represento aqui, nós surdos, nós pessoas com deficiência*. A fala de Patrícia Rezende, líder de movimento surdo, é ilustrativa: “*quem fala isso não é a Patrícia Rezende, mas, os surdos brasileiros*”. As representações explícitas também se utilizam da terceira pessoa, quando é mencionado que *alguém precisa ou não precisa de, alguém pode ou não pode ou alguém quer ou não quer*, dentre outras expressões, como no exemplo extraído do proferimento mencionado acima: “*Os surdos não querem esse modelo, os surdos não querem uma educação parcial, uma educação mais ou menos, os surdos querem uma educação de qualidade que favoreça a autonomia dos surdos*”.

A diversidade de grupos representados por representantes das mesmas instâncias pode ser observada abaixo:

Figura 1 – Quem fala em nome de quem nos proferimentos da Audiência

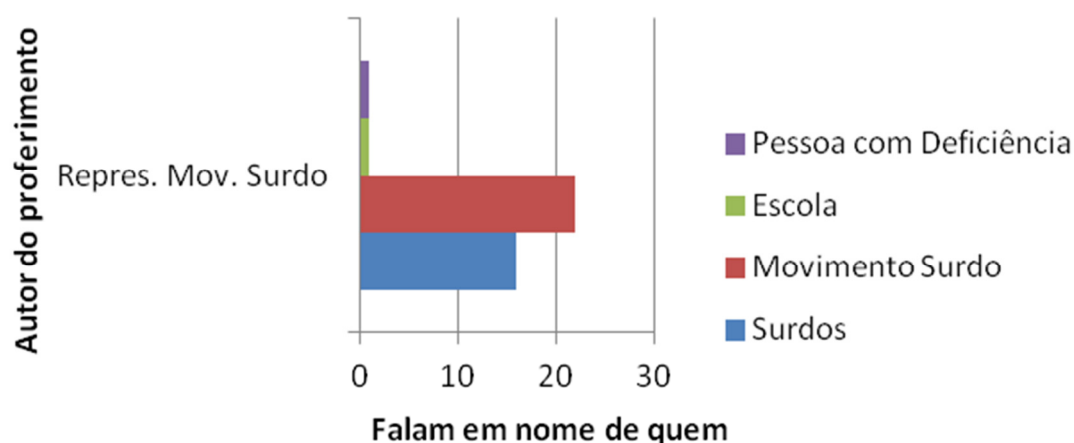


Fonte: As autoras.

Das sete demandas de representação proferidas pelos gestores do Ministério da Educação na *Audiência Pública*, todas falaram em nome do governo e três delas falaram, além disso, em nome das pessoas com deficiência. Os representantes do judiciário falaram sempre em nome da instância formal, exceto em um proferimento. Já os representantes formais do Movimento Surdo diziam representar os surdos em quatro proferimentos (4) ou o movimento em um proferimento (1). Pesquisadores falaram em nome dos surdos duas vezes (2) e da pessoa com deficiência ou do movimento, uma vez cada. Os representantes de escola ora falavam em nome dos surdos ou da pessoa com deficiência, uma vez cada, da escola, em dois proferimentos, ou em nome do povo brasileiro (*ver FIG 1*).

Também no *Facebook*, a identificação dos autores dos proferimentos era bastante objetiva. As postagens das lideranças eram nominais e a função e a representação eram sempre as mesmas: representantes do movimento surdo.

Figura 2 – Quem fala em nome de quem nos proferimentos do Facebook

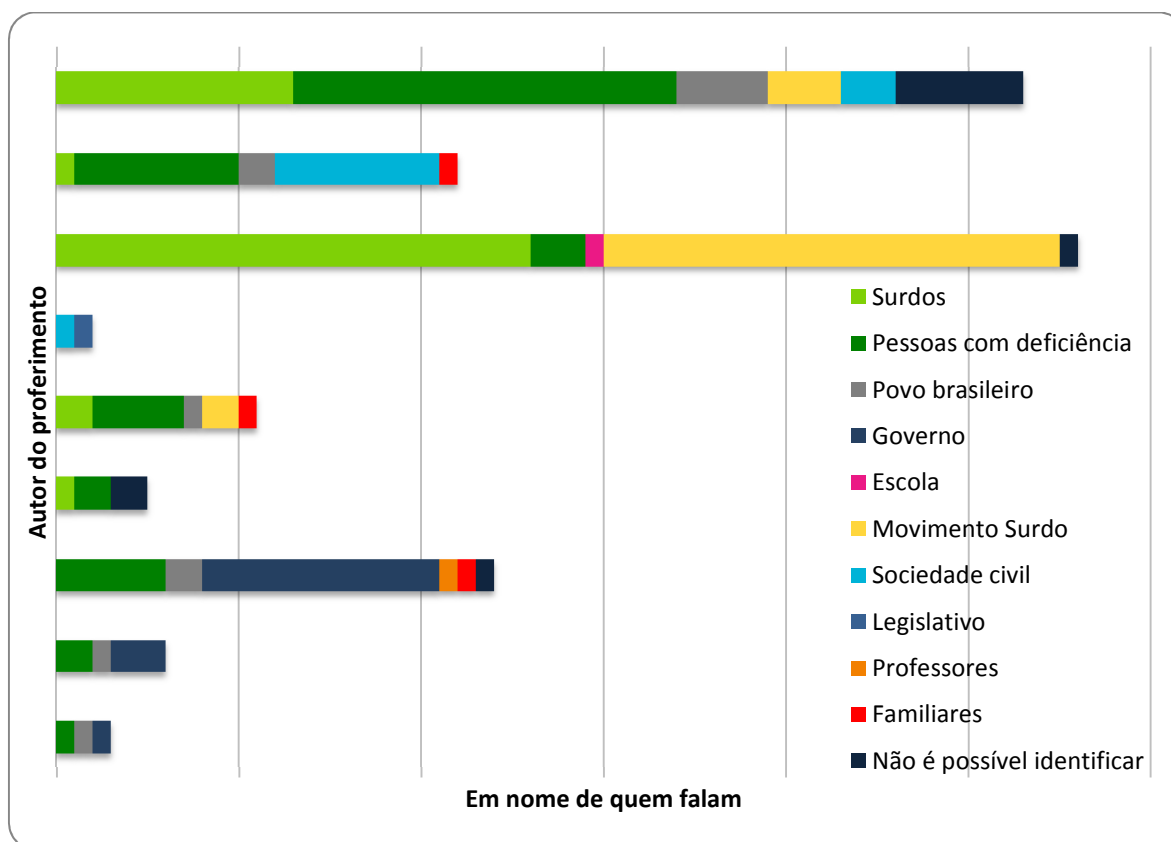


Fonte: As autoras.

As lideranças surdas disseram representar o Movimento Surdo (22), os surdos (16), as pessoas com deficiência (1) ou uma escola (1) (ver FIG 2). Nas *Conferências*, em particular, houve uma grande dificuldade de identificar nominalmente os delegados, visto que muitos sequer diziam o nome ou o cargo. Quando se identificavam, normalmente mencionavam apenas nome e estado. Dos 62 proferimentos, não foi possível identificar a autoria de 34 deles. Notamos aqui o mesmo padrão detectado nas outras duas arenas (ver FIG 3): representantes das mesmas instâncias intercalam, durante a fala, o grupo a que dizem representar.



Figura 3 – Quem fala em nome de quem nos proferimentos da Conferência



Fonte: As autoras.

As três arenas apresentam algumas ambiguidades próprias do caráter processual da representação discursiva, particularmente em relação à constituição discursiva móvel da categoria de representados. Ademais, em um mesmo *claim* podem ser acionadas mais de uma categoria de representados. Notamos, contudo, algumas especificidades. Os representantes oficiais tendem a referir-se a um número maior de diferentes representados em um mesmo proferimento. Por exemplo, durante o proferimento de 12 minutos do assessor do Instituto Nacional de Educação de Surdos, Valdo Ribeiro, na Audiência Pública, o representante falou em nome dos surdos (“*nós surdos*”), das pessoas com deficiência (“*São três anos de luta a respeito da questão dos direitos das pessoas com deficiência*”), do movimento surdo (“*nós fizemos marcha, nós fizemos passeata*”), da escola a que representava formalmente (“*Agradeço por estar aqui representando o INES*”) e do povo brasileiro/todos (“*a educação para todos, ela tem que ser prevista dentro desse modelo*”). A presidenta da República à época, Dilma Rousseff, em seu

discurso na Conferência, disse representar o povo brasileiro (“*chegamos aqui com um conjunto de ações concretas para a continuidade da inclusão de todos os brasileiros e brasileiras*”), as pessoas com deficiência (“*tem a autonomia das pessoas com deficiência*”) e o governo (“*eu quero dizer que o meu governo está comprometido com vocês*”).

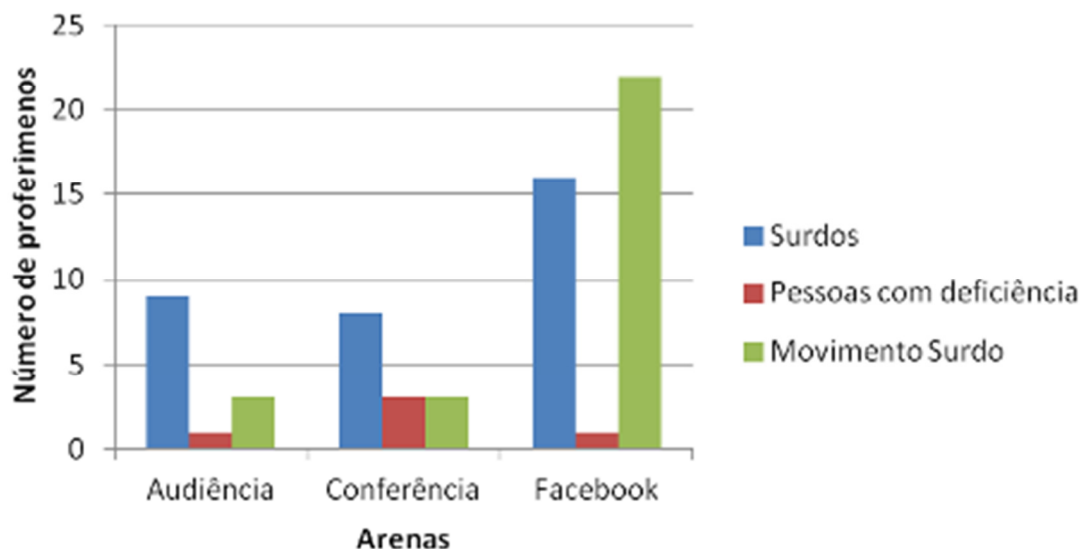
Já os líderes do movimento surdo tendem a constituir uma mesma categoria de representados de modo mais recorrente. Essa constituição varia de acordo com o fórum em questão. Na Audiência Pública, eles representam apenas os surdos e o movimento surdo, numa tentativa de localizar os surdos como minoria linguística e de defender um posicionamento explícito de defesa das escolas bilíngues. Na Conferência, cuja temática era específica da pessoa com deficiência e cujos destinatários possuíam perfis diferenciados, os representantes do Movimento Surdo falavam em nome do próprio movimento, em nome dos surdos, das pessoas com deficiência, da escola e da sociedade civil. No *Facebook*, as lideranças falavam majoritariamente em nome do movimento e dos surdos.

Apenas os representantes do judiciário, durante a Audiência da PFDC, se mantiveram em nome do próprio judiciário. Como a função dos promotores e procuradores, naquele momento, era de coletar subsídios para embasar a ação do Ministério Público, todos os sete proferimentos não assumiram posturas de defesa de nenhum modelo educacional ou ator social.

### ***b) Quem os surdos representam?***

Na seção anterior buscamos identificar a categoria de representados de forma geral. Nesta seção, buscamos responder a mesma pergunta em relação aos surdos que representam. Quem os surdos dizem representar nas três arenas?

Figura 4 – Quem os surdos representam



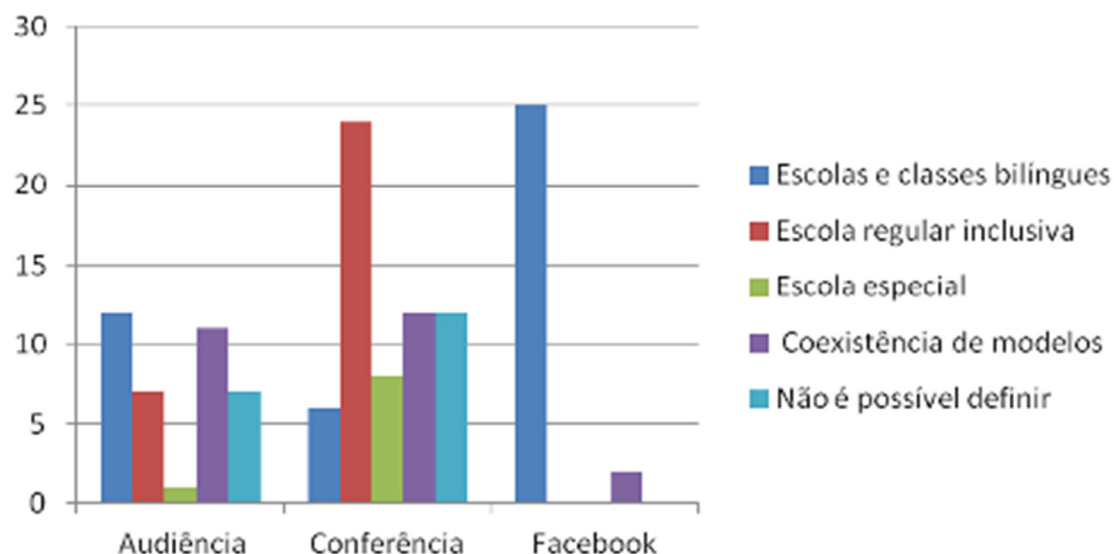
Fonte: As autoras.

Os dados mostram que na *Audiência Pública* e no *Facebook* apenas um proferimento de cada arena trouxe a pretensão de representar as pessoas com deficiência, enquanto na *Conferência* o número foi de três proferimentos. Enquanto nos espaços públicos predominava a representação dos surdos em detrimento da representação do Movimento surdo, no *Facebook* houve uma inversão e a demanda era pela representação do movimento, e não de todos os surdos.

### c) O que se representa: qual o modelo de escola defendido?

Nossa terceira questão indagou o que se representa: qual o melhor modelo de escola para os surdos. A grande bandeira do Movimento Surdo é a defesa das escolas bilíngues para surdos, cuja língua de instrução seja a Libras e onde o português seja ensinado como segunda língua na modalidade escrita. Eles argumentam que o melhor modelo é aquele que trata o surdo como minoria linguística e não como pessoa com deficiência (Souza, 2007), entendendo a escola como uma comunidade política e linguística. Esse posicionamento se choca com a reivindicação das escolas inclusivas, que defendem escolas para todos, e das escolas especiais, baseadas no critério da deficiência.

Figura 5 – Qual modelo de escola é defendido?



Fonte: As autoras.

No caso da Audiência da PFDC, havia a defesa das escolas e classes bilíngues (12), das escolas inclusivas (7), das escolas especiais (1) e da coexistência de modelos (7). Já na Conferência, a principal defesa era pela escola regular inclusiva, num total de 24 proferimentos. O tempo curto dos proferimentos fez com que, muitas vezes não fosse possível identificar o posicionamento, o que ocorreu em 12 proferimentos. Já no *Facebook*, a defesa era quase que exclusivamente pelas escolas e classes bilíngues. Como no *Facebook* o contraditório não era explicitamente apresentado pelas lideranças, a defesa pelas escolas e classes bilíngues era objetiva e clara (ver FIG 5). Todas as articulações, informações ou demandas de representação visavam um único objetivo: a luta pela escola bilíngue para surdo. Posicionamentos distintos eram colocados no grupo de forma indireta, mencionando o posicionamento de uma terceira pessoa.

## *A provisoriedade da representação discursiva: definições móveis*

Diante dos dados acima expostos, organizamos nossa análise considerando a) a mobilidade das definições tanto da categoria de representados quanto do objeto a ser representado e b) as dimensões estratégicas e discursivas do processo de representar.

### *a) Fronteiras porosas na conformação discursiva dos representados e do objeto da representação*

Conforme observado, a categoria de representados, ou *constituency*, vai sendo moldada de acordo com o público e na medida em que se dá o processo de “aceitar e rejeitar demandas” (Saward, 2010, p. 36), próprio do ato de representar. Por exemplo, os *claims* dos gestores do MEC, na Audiência Pública, buscam representar o governo e as pessoas com deficiência. Isso pode ser explicado porque naquela instância, os gestores eram chamados a prestar contas das ações do governo acerca da educação das pessoas surdas e com deficiência. Já na Conferência, cujo perfil dos destinatários do proferimento era mais diversificado, os gestores falavam em nome do povo brasileiro, das pessoas com deficiência, do governo, da família e dos professores. A mesma explicação vale para os diversos atores presentes no material analisado, eleitos pelo voto tradicional ou não. Nos proferimentos dos representantes eleitos, como a presidenta Dilma e deputados, por exemplo, as demandas de representação traziam contornos distintos, em função da audiência e da própria dinâmica de dar e receber demandas. Da mesma forma, observamos que as defesas de um determinado modelo de escola mudam de arena para arena. A mobilidade dos posicionamentos não necessariamente os mostra como contraditórios, mas ajustados à arena.

Os novos sentidos propostos para compreender a educação de surdos se conformam a partir da tentativa de convencimento e da necessidade estratégica de fazer alianças, em diferentes ambientes, mas também adquirem contornos de imprevisibilidade próprios da discursividade. A fluidez da representação permite desvelar o próprio paradoxo da surdez como condição física ou cultural. Se ora os surdos dizem representar as pessoas com

deficiência, ora dizem representar os próprios surdos. A concepção de surdez enquanto minoria linguística não é facilmente assimilada pela sociedade em geral. Ainda é muito cristalizada a ideia que os surdos sofrem da deficiência e da falta. O desejo por parte dos surdos de instaurar um novo sentido para a surdez esbarra nos códigos cristalizados por um pano de fundo moral com raízes antigas e profundas, redesenhando os *claims* de representação a cada proferimento. Esbarra também no arcabouço legal e em relações de poder que envolvem a regra da maioria identificada nas ideias de normalidade a anormalidade, corpo perfeito e imperfeito, língua majoritária e minoritária. Assim, os surdos precisam constantemente posicionar e reposicionar suas demandas de representação entre essas categorias historicamente criadas e socialmente constituídas.

Outro elemento importante a ser destacado acerca da mobilidade da conformação discursiva é que em algumas arenas, como a Conferência, a dificuldade de identificar os autores dos proferimentos devido à própria dinâmica da arena, gera efeitos de anonimato. A ausência de credenciais impede a associação de determinados posicionamentos a determinadas pessoas e, assim, permite que outras fontes de autoridade bem como a qualidade dos argumentos sejam levadas em conta. A ausência da credencial contribui para evitar o personalismo de questões. Entendemos que essa dinâmica conflituosa colabora para a mobilidade discursiva porque as credenciais constantemente acionadas pelos agentes e os posicionamentos institucionais são, muitas vezes, requeridos como meio de garantir credibilidade de determinado posicionamento.

Em suma, nossos achados endossam a visão de autores que propõem que as fronteiras fixas dos representados, estabelecidas nos processos de representação eleitoral já não encontram mais lugar nessa dinâmica (Urbinati, 2006; Saward, 2010). Mesmo os representantes eleitos não representam apenas determinada localidade, pauta ou grupo. Isso remonta a um dos dilemas clássicos da representação: o representante deve ou não fazer o que seus eleitores ou representados querem? Os agentes políticos, sejam os representantes ou o fórum de debate, moldam e constroem as relações de representação na tentativa de alcançar aceitação.

### *b) As dimensões estratégicas e discursivas do processo de representar*

Ainda que a representação discursiva seja volátil e aberta, não se pode caracterizá-la como incoerente. O fato de a categoria dos representados ser acionada de formas diferentes possui uma dimensão não só estratégica, mas também discursiva, ambas conformada pela audiência. Em nosso caso, existe, por um lado, uma estratégia baseada numa determinada finalidade: a defesa da escola bilíngue para os surdos ou a defesa da escola inclusiva regular para os gestores do MEC. Por outro lado, a característica discursiva da representação incorpora também certa mobilidade conforme explorado acima. A tensão entre essas dimensões confere abertura e ambiguidades aos proferimentos, que escapam a uma intencionalidade última e acabada.

A partir de uma perspectiva estratégica, podemos dizer que as pessoas surdas, apesar de falarem em nome das pessoas com deficiência, não se consideram necessariamente dessa forma. Isso acontece porque todo o aparato legal dos direitos das pessoas surdas no Brasil, e em particular o direito à escola bilíngue, está ancorado no arcabouço da legislação das pessoas com deficiência, como a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

No caso da *Conferência* específica das pessoas com deficiência, não se poderia recusar o conjunto de direitos (e de alianças) conquistados sob essa chancela. Ao falar para outras pessoas com deficiência e ao se utilizarem de um arcabouço legal destinado a esse público, conforma-se a demanda de representação de modo a não negar nem a condição de minoria linguística nem a condição de deficiência. Na conferência em que as pessoas com deficiência eram maioria, os surdos configuraram como parte desse grupo e apoiaram as demandas das outras pessoas com deficiência. Da mesma forma, o apoio das pessoas com deficiência à causa da escola bilíngue foi importante para que as propostas se saíssem vencedoras. Assim, configurar-se como parte de outros grupos pode se revelar estrategicamente importante na defesa de causas. A conformação das afinidades (Avritzer, 2008) se revela importante na dinâmica da representação de modo a garantir também alguma legitimidade em relação àquele que se representa, nesse caso, o conjunto das pessoas com deficiência. É importante que entidades coletivas construam estrategicamente alianças com outros grupos para garantir eficácia política. Os processos

de identificação com causas comuns, e, por consequência, o compartilhamento de objetivos e metas programáticas, é móvel – assim como o é a fronteira dos grupos e o pertencimento a eles (Tilly, 2003; Della Porta, 2003).

Cabe destacar que os surdos quando se defendem como minoria linguística, ao mesmo tempo em que estrategicamente se amparam na legislação das pessoas com deficiência, acabam por ser questionados por isso. Essa ambiguidade foi evocada por gestores do MEC, em alguns momentos, como uma forma de deslegitimar as demandas dos surdos pela escola bilíngue.

Não entendi muito, quando a própria representante da Federação dos surdos fez uma diferença da questão da minoria linguística, e de pessoa com deficiência, porque também eu quero que reflitamos, as pessoas surdas são ou não pessoas com deficiência? As pessoas surdas são só minorias linguísticas? (Joiram Medeiros – gestor do MEC – Audiência PFDC, 01 de Dezembro de 2011, Brasília-DF).

Nossas considerações não querem dizer também que seja um vale tudo de posicionamentos e ambiguidades. Por exemplo, no caso das lideranças surdas, em nenhum momento elas defenderam a exclusividade da escola regular inclusiva ou a exclusividade da escola especial. Em muitos casos, esses representantes se posicionaram pela coexistência dos modelos, argumentando que em cidades menores não era possível criar escolas para um número reduzido de alunos surdos. Dentro do *Facebook*, em apenas um proferimento defendeu-se a coexistência, sendo que nos outros 27 apenas escolas e classes bilíngues foram defendidas. Para um público homogêneo era desnecessária a posição estratégica de formação de alianças.

## ***Considerações finais***

Nosso estudo buscou evidenciar que a representação política compreendida do ponto de vista discursivo auxilia na compreensão de um conjunto de dilemas clássicos sobre o tema. Primeiro, na literatura da teoria democrática há uma ampla discussão sobre se os representantes devem ou não fazer o que os seus representados querem, ou seja, se eles agem *no lugar* de alguém ou *para* alguém, ou se eles agem *em nome de* alguém. Vimos



que, a partir de uma perspectiva discursiva, o *falar em nome de* vai sendo delineado de acordo com um conjunto de fatores - quem fala, para quem, quando, sobre, com qual justificativa (Saward, 2010). Esta visão contribui para superar a ideia inicial de que se deve seguir à risca o que o representante quer. Nosso estudo mostra como a mobilidade da representação se dá fora dos processos eleitorais, com representantes eleitos e não eleitos, em arenas discursivas diversas. Nossas análises revelaram a incompletude do ato de representar, manifesta nas diferentes performances de uma arena para outra, no anonimato de determinados proferimentos e na característica implícita de muitos deles.

Outro conjunto de dilemas presente nas teorias clássicas diz respeito à legitimidade da representação, se ela é democrática e se vivemos uma crise da representação. Na perspectiva escolhida por nós, entende-se que a representação é legítima e democrática a depender da relação estabelecida no ato de representar. A perspectiva alargada de representação contribui para o empoderamento dos sujeitos representados e considera-os como parte integral do ato de dar e receber demandas de representação e até mesmo a representar seus grupos. Consideram-se arenas diversas e outros atores que exercem distintas funções de representação. A legitimidade desses espaços e desses atores depende, sobretudo, da relação instituída com os representados, como mostramos em nossa análise. A representação discursiva, ainda que aberta, provisória e incompleta, pode potencializar maior inclusão, participação e a defesa legítima dos direitos dos surdos..

### ***Agradecimentos e Observações***

*Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no Grupo de Trabalho Comunicação e Política do XXV Encontro Anual da Compós, na Universidade Federal de Goiás, Goiânia (junho/2016). O texto apresenta parte dos resultados da tese defendida em 2015 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG, financiada pela Capes.*

### ***Notas***

<sup>1</sup> A concepção clássica da representação política contempla os procedimentos eleitorais, a representação proporcional e territorial e mandatos representativos exercidos por períodos de tempo pré-definidos.

<sup>2</sup> Mendonça (2013) enumera um conjunto de experimentos internacionais de participação, com diferentes proposições e desenhos institucionais, e discute seus limites e desafios em perspectiva comparada com o Brasil. São eles, com seus respectivos países e ano de origem: Júris de Cidadãos (EUA, 1971), Células de Planificação (Alemanha, 1972-73), Enquetes Deliberativas (EUA, 1988; Reino Unido, 1994), Assembleia (ou Paramentos) de Cidadãos (Canadá, 2004), Conferências de Consenso (Dinamarca, 1987), *Town Meetings* (EUA, 1998) e Câmaras Discursivas (Austrália, 2008).

<sup>3</sup> Mesmo o modelo de Mansbridge (2003), que apresenta uma dinâmica mais sistêmica e plural da representação – ie., uma relação de múltiplos fluxos, que envolvem informação, interesses, estratégias, os *media*, dentre outros – deixa de observar a nebulosidade das preferências dos representados, e, como, ao mesmo tempo, elas são capazes de influenciar a representação.

<sup>4</sup> Acesso em 21/09/2014.

<sup>5</sup> A audiência, com duração de sete horas gerou uma transcrição de 124 páginas. A conferência usou a tecnologia da estenotipia (legendas em tempo real, projetadas em um telão, com o conteúdo integral das falas feitas ao microfone) que possibilitou a geração e o armazenamento de arquivos digitais de texto, material que nos foi cedido pelo CONADE. A seleção do *corpus* foi realizada a partir da leitura das transcrições num total de 631 páginas. Já no *Facebook* foram encontradas 2052 postagens em 2011, desconsiderando os comentários, sendo elas em Libras e/ou em Língua Portuguesa, com conteúdos diversos. Mantivemos apenas os vídeos, chegando a 589 postagens. Em seguida excluímos postagens que tratavam de questões operacionais de mobilização e as não ligadas à temática do movimento. Na análise dos 50 primeiros vídeos, foi possível identificar as lideranças que possuíam funções mais operacionais e as que se dedicavam às articulações políticas e reflexões mais conceituais. Elegemos cinco lideranças nacionais principais e quatro estaduais. Dentre as postagens dessas lideranças, selecionamos aquelas com engajamento (curtidas e comentários) acima de 50, chegando a um total de 28 postagens. Em particular, focamos nos conteúdos que expressavam o posicionamento político do movimento. Optou-se por não transcrever o material selecionado e sim assistir os vídeos na própria língua de sinais.

## Referências

ALMEIDA, Debora R. Representação Política e Conferências: estabelecendo uma agenda de pesquisa. In: Leonardo Avritzer; Clóvis Henrique Leite de Souza. (Org.). *Conferências Nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades*. 1ed. Brasília: IPEA, v. 1, p. 173-204, 2013.

ALMEIDA, Debora. R. Representação como processo: a relação Estado/sociedade na teoria política contemporânea. *Revista de Sociologia e Política* (Online), v. 22, p. 175-199, 2014.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação". *Dados*, p. 443-76, 2008.

DELLA-PORTA, D. *Introdução a Ciência Política*. Lisboa: Editorial Estampa, 2003.

DRYZEK, John S. & NIEMEYER, Simon. Discursive representation. *American Political Science Review*, p. 481-493, 2008.

FARIA, Claudia. F. ; LINS, Isabella. L. Participação e deliberação nas conferências de saúde: do local ao nacional. In: AVRITZER e SOUZA (Org.). *Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades*. 1ed. Brasília: IPEA, p. 73-94, 2013.

GARCÊZ, Regiane. L. O. A representação política dos oprimidos nas redes sociais online: Quem fala em nome de quem e com qual legitimidade?. *Contemporanea* (UFBA. Online), v. 11, p. 304-321, 2013.

GUTMANN, Amy. *Identity in democracy*. Princeton, Princeton University Press, 2003.

KOOPMANS, Ruud. 'Codebook for the analysis of political mobilisation and communication in European public spheres', 2002. Europub.com Project. Disponível em: <http://europub.wzb.eu/codebooks.en.htm>. Acesso em: 10 de junho de 2014.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LAVALLE, A.G; HOUTZAGER, P; CASTELLO, G. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. *Revista Lua Nova*. São Paulo, n. 67, p. 49-103, 2006.

MAIA, Rousiley C. M. . Non-electoral political representation: expanding discursive domains. *Representation*, v. 48, p. 429-443, 2012.

MANIN, Bernard. *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

MANSBRIDGE, Jane. Rethinking representation. *American Political Science Review*, 97, p. 515-528, 2003.

MANSBRIDGE, Jane et al.. A systemic approach to deliberative democracy. In: Parkinson, J.; Mansbridge, J. J. *Deliberative systems: deliberative democracy at the large scale*. Cambridge Press, p.1-26, 2012.

MENDONÇA, Ricardo. F. . Representation and Deliberation in Civil Society. *Brazilian Political Science Review*, v. 2, p. 117-137, 2008.

MENDONÇA, Ricardo. F. Experimentos internacionais de participação: o Brasil em perspectiva comparada. *Teoria & Sociedade* (UFMG), v. 21, p. 1-28, 2013

REHFELD, Andrew. Representation rethought: on trustees, delegates and gyroscopes in the study of political representation and democracy. *American Political Science Review*, 103(2), p.214-230, 2009.

SAWARD, Michael. Authorization and authenticity: representation and the unelected. *The Journal of Political Philosophy*, 17(1), p. 1-22, 2009.

SAWARD, Michael. *The representative claim*. Nova York, Oxford University Press, 2010.

SOUZA, Regina Maria ; SILVESTRE, Núria . *Educação de Surdos: pontos e contrapontos*.. 1. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2007TILLY, Charles. *The Politics of Collective Violence*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 2003.

URBINATI, Nadia. *Representative Democracy*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

URBINATI, Nadia & WARREN, Mark E., The concept representation in contemporary democratic theory. *The Annual Review Political Science*, 11, p. 387-412, 2008.

WELDON, Laurel. *When Protest Makes Policy: How Social Movements Represent Disadvantaged Groups*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2011.

YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

### *As autoras*

Regiane Lucas de Oliveira Garcêz é professora adjunta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais e doutora em Comunicação Social pela mesma instituição. [regianelucasgarcez@gmail.com](mailto:regianelucasgarcez@gmail.com)

Rousiley Maia é professora titular do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais e doutora em Ciência Política pela Universidade de Nottingham. [rousiley@gmail.com](mailto:rousiley@gmail.com)